

CARTA POLÍTICA #207

19 de Junho de 2020

“Encaro com tranquilidade os acontecimentos de hoje. A verdade prevalecerá”.

(Flavio Bolsonaro, sobre a prisão de Queiroz)

A semana trouxe algumas derrotas para o Presidente. Por ocasião da divulgação do vídeo da reunião ministerial e das falas do Ministro da Educação, Abraham Weintraub foi exonerado do cargo, a contragosto de Bolsonaro. Sua permanência no governo sofria forte oposição da imprensa, mas a divulgação de suas falas contra os ministros do Supremo estava abrindo uma vulnerabilidade perigosa no governo. A solução fácil, para acalmar os ânimos, foi demiti-lo.

Mansueto também anunciou que deixaria a secretaria do Tesouro Nacional em alguns meses. Fez questão de fazê-lo ao mesmo tempo em que dizia que o fiador das reformas era Paulo Guedes e o presidente, e não ele sozinho, e que mantinha total confiança na convergência da trajetória fiscal do país.

Além disso, a polícia cumpriu mandato de prisão contra o ex-assessor parlamentar de Flavio Bolsonaro, Fabricio Queiroz, na quinta-feira. Após reclamar no fim do ano passado que estava se sentindo “abandonado”, recebeu um elogio público de Flavio e ficou abrigado em imóvel do advogado da família, Wassef. A esposa, contra quem também existe mandato de prisão preventiva, segue foragida, o que pode ampliar a disposição de Queiroz a colaborar.

A sensação é de cerco ao Planalto – o caso Queiroz é o mais agudo de uma série de frentes de batalha do governo no Supremo, e se soma ao inquérito das fake news e ao julgamento do pedido de cassação da chapa de Bolsonaro e Mourão.

O impacto das múltiplas frentes de combate na qual o presidente tem se engajado é, num primeiro momento, maior disposição a negociar com os parlamentares, que elevam o preço de seu apoio tácito ao governo. A cadeira recém-vaga do Ministro da Educação certamente será cobiçada, apesar de ter se tornado reduto ideológico do governo. A ver.

Na agenda legislativa da semana que vem, estão a votação do marco do Saneamento no Senado (na quarta-feira) e da PEC para o adiamento das eleições, também no Senado. Propõe que o pleito seja atrasado por 45 dias, mas enfrenta no momento bastante resistência na Câmara.